

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES	9
PREFÁCIO	21
APRESENTAÇÃO	23

CAPÍTULO 1

André Saddy

Eduardo Langoni de Oliveira Filho

COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	39
Introdução.....	40
1 Aspectos iniciais: por que enfrentar a corrupção?.....	42
2 Os programas de <i>compliance</i>	44
2.1 Os programas de <i>compliance</i> no setor público: origem e regulamentação	45
2.2 Como estruturar um programa de <i>compliance</i>	47
2.3 As perspectivas com a implantação no que tange ao combate à corrupção (o legado da probidade)	51
3 Os desafios da implantação: programas de <i>compliance</i> no setor público e o aumento da burocracia: um desequilíbrio a favor da corrupção	53
3.1 A necessidade de combate aos programas de “fachada”	55
3.2 O enfrentamento da natureza do homem e a perda do sentimento de vergonha.....	58
Conclusões	60
Referências	63

CAPÍTULO 2

Cristiane Rodrigues Iwakura

Flávio Garcia Cabral

Leandro Sarai

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO	67
Introdução.....	67

1 Sociedade da Informação: o que mudou?.....	68
2 Limitações Humanas.....	72
2.1 A Limitação Como Vantagem.....	73
3 Informação na Regulação do Setor Financeiro.....	75
4 Perspectivas para Governança no Setor Público.....	76
4.1 Governança, Transparência e Controle.....	77
Conclusão.....	81
Referências.....	82

CAPÍTULO 3

Elise Eleonore de Brites

GOVERNANÇA E COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO: UM NOVO PANORAMA DO BRASIL, VOLTADO PARA A MUDANÇA DE CULTURA.....	85
Introdução.....	85
1 Do mundo em caos ao Compliance Integral Sistêmico.....	87
2 Compliance Público e Governança: aliados para o fortalecimento da mudança de Cultura.....	91
3 Os desafios e perspectivas da governança pública e o estado do direito em compliance.....	93
Conclusão.....	96
Referências.....	97

CAPÍTULO 4

Erika Melissa O. França Nassar

Patricia Alvares de Azevedo Oliveira

POLÍTICA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL BRASILEIRO: PRECEDENTES E DESAFIOS.....	99
Introdução.....	99
1 A escolha dos instrumentos.....	100
2 O período pré-instituição da política de governança.....	101
2.1 O TCU enquanto fomentador da governança pública.....	101
2.2 A relevância do debate com a OCDE.....	104
3 Normativos e instrumentos para tratamento das fragilidades.....	106
3.1 Comitê Interministerial de Governança.....	108
3.2 Comitês Internos de Governança.....	109
3.3 Programas de Integridade.....	110
Considerações Finais.....	111
Referências.....	112

CAPÍTULO 5

Humberto E. C. Mota Filho

A RAZÃO PÚBLICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL: ACCOUNTABILITY E GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO 113

Introdução.....	113
1 <i>Accountability</i>	115
1.1 A lógica da <i>accountability</i> democrática	116
1.2 Razão pública e governança da informação	119
2 A razão pública do desenvolvimento sustentável	122
2.1 Desenvolvimento sustentável e políticas públicas.....	123
2.2 Direito e Desenvolvimento	124
Considerações finais	125
Referências	125

CAPÍTULO 6

Irene Patrícia Nohara

GOVERNANÇA E COMPLIANCE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES..... 127

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	127
1 Corrupção e fraudes nas licitações e contratos	128
2 Compliance e boa governança	130
3 Regulação das compras governamentais e estímulo à autorregulação de boas práticas nos contratados.....	133
4 Programas de integridade nas contratações públicas na nova lei	135
Considerações finais	136
Referências	137

CAPÍTULO 7

Jorge Oliveira

Marcelo Eira

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO COMO INDUTOR E AVALIADOR DA GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO..... 139

Introdução.....	139
1 Fundamentos da atuação do TCU na promoção da Governança.....	141
2 Histórico da implantação de práticas de Governança na Administração Pública Federal.....	142
3 Resultados da implantação de práticas de Governança na Administração Pública Federal.....	146
4 Desafios e perspectivas para o futuro próximo	149
Conclusão	150
Referências	151

CAPÍTULO 8

Leandro de Matos Coutinho

NOTAS SOBRE A GESTÃO DE RISCOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	153
Introdução.....	153
1 A Gestão de Riscos	154
1.1 Gestão de Riscos na legislação aplicável à Administração Pública.....	159
1.1.1 Gestão de Riscos nas empresas estatais.....	160
1.1.2 Gestão de Riscos nas agências reguladoras.....	162
2 Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e a Gestão de Riscos.....	163
Conclusão.....	165
Referências	166

CAPÍTULO 9

Marcelo Zenkner

Gabriel Ene Garcia

POR UMA REDE NACIONAL DE INTEGRIDADE: O PLS Nº 303/2016 E A CONEXÃO ENTRE OS SISTEMAS DE INTEGRIDADE COMO PRESSUPOSTO PARA SUA EFETIVIDADE.....	167
Introdução.....	167
1 As denominadas “ondas de integridade” no Mundo e no Brasil	169
1.1 Foreign Corrupt Practices Act (FCPA).....	170
1.2 Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.....	171
1.3 Lei Anticorrupção Empresarial.....	171
1.4 Estatuto Jurídico das Empresas Estatais.....	172
1.5 Decreto Federal nº 9.203/2017.....	173
1.6 Decreto Federal nº 10.756/2021.....	174
1.7 Resolução CNJ nº 410/2021.....	175
1.8 Atos normativos estaduais	176
2 O Projeto de Lei do Senado nº 303/2016.....	176
Conclusão.....	178
Referências	179

CAPÍTULO 10

Marco Caldeira

André Alfar Rodrigues

A TRANSPOSIÇÃO DE REGRAS DE COMPLIANCE E DE GOOD GOVERNANCE DAS EMPRESAS PRIVADAS PARA AS EMPRESAS PÚBLICAS: UMA APROXIMAÇÃO PRELIMINAR.....	181
Introdução.....	181

1 A crescente pressão para a adoção transversal de mecanismos de <i>compliance</i>	183
2 Mecanismos de <i>compliance</i> nas organizações.....	186
2.1 <i>Compliance</i> e ética corporativa.....	187
2.2 <i>Compliance</i> e estrutura organizacional.....	188
3 Conclusão: o <i>compliance</i> nas empresas públicas.....	190
Referências	195

CAPÍTULO 11

Michelle Marry Marques da Silva

GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES: A PEDRA FUNDAMENTAL PARA A EFICIÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO.....	199
Introdução.....	200
1 A necessidade de implementação da governança nas contratações públicas e a busca por uma administração pública gerencial	201
2 O planejamento das contratações públicas e o emprenho da nova lei de licitações e contratos administrativos com a mudança de paradigmas da administração pública	208
3 A consultoria e assessoramento jurídicos na nova lei de licitações e contratos e a ampliação das atividades exercidas	216
Conclusão.....	219
Referências	220

CAPÍTULO 12

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Jéssica Acocella

A EXIGÊNCIA DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: UMA ANÁLISE DE CUSTOS E BENEFÍCIOS.....	221
Introdução.....	221
1 A utilização da licitação como instrumento de indução.....	223
2 <i>Compliance</i> e Integridade no Ordenamento Jurídico Brasileiro	225
3 A exigência de <i>Compliance</i> e Programas de Integridade na Nova Lei de Licitações.....	226
4 Um esforço de balanceamento entre o papel regulatório e de incentivo das licitações públicas e a desejável obtenção da proposta economicamente mais vantajosa pela administração pública	229
Conclusão.....	233
Referências	234

CAPÍTULO 13

Juliano Oliveira Brandis

Renata Di Masi Palheiro

GOVERNANÇA E CONTROLE: A NECESSIDADE DE AUTOCONTENÇÃO E COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL PARA E EFETIVIDADE DO CONTROLE E DAS PRÁTICAS DE BOA GOVERNANÇA NO BRASIL.....	237
Introdução.....	238
1 Boa governança: conceito e ferramentas	238
2 O possível conflito de interesses entre “agente” e “principal” no setor público.....	244
3 Os controles na administração pública.....	246
4 O problema da competição institucional entre os órgãos de controle: proposta de solução.....	248
5 O exemplo do acordo de leniência	252
Conclusão.....	255
Referências	256

CAPÍTULO 14

Renee do Ó Souza

O COMPLIANCE E A DELIMITAÇÃO DA POSIÇÃO DE GARANTE DO AGENTE DA LINHA DE DEFESA DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO ...	259
Introdução	259
1 A relevância penal da omissão do agente da linha defensiva na nova lei de licitações	260
2 O fomento dos programas de integridade ou compliance na administração pública.....	262
3 A função depuradora do compliance na responsabilidade penal por omissão.....	264
Conclusão	266
Referências	266

CAPÍTULO 15

Rodrigo Pironti

Mirela Miró Ziliotto

A IMPORTÂNCIA DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA E COMPLIANCE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: A EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE INTEGRIDADE É UM CAMINHO ADEQUADO?.....	269
Introdução.....	269
1 A importância das boas práticas de governança e compliance nas contratações públicas	270
2 Os sistemas de integridade nas contratações públicas	274

3 A certificação dos sistemas de integridade: bom ou mau negócio?.....	277
Conclusão	279
Referências	280

CAPÍTULO 16

Rodrigo Valverde

Tereza Cristina A. M. Gorito

O IMPACTO DO COMPLIANCE NO ALCANCE DO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO NAS ESTATAIS – UMA SIMBIOSE ENTRE DIREITO PRIVADO E A FUNÇÃO SOCIAL.....	283
Introdução.....	284
1 A atuação empresarial do Estado e o regime jurídico aplicável.....	285
2 Da despatrimonialização do Direito Civil à função social – breves considerações.....	286
3 Da superação da dicotomia público-privado.....	288
3.1 A função social e a inspiração no direito e na vida privada para auxiliar a administração pública – da função social das estatais.	289
Considerações finais: o papel do Compliance e o interesse estatal	292
Referências	295

CAPÍTULO 17

Valdir Moysés Simão

Pedro Henrique Adoglio Benradt

VIRANDO A CHAVE: DO COMBATE À CORRUPÇÃO AO FOMENTO DA INTEGRIDADE	297
Introdução.....	297
1 O movimento popular como ferramenta propulsora	300
2 Lei Anticorrupção.....	301
3 Lei de Combate ao Crime Organizado.....	302
4 A era da Lava Jato e seu legado	303
5 A cultura de integridade no setor público	304
Conclusão: virando a chave – do combate à corrupção ao fomento da integridade pública.....	307
Referências	309

CAPÍTULO 18

Wagner de Campos Rosário

Aurisan Souza de Santana

O COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES EM ACORDOS DE LENIÊNCIA	311
Introdução.....	311
1 A Lei Anticorrupção	312

2 Compartilhamento de informações em Acordos de Leniência.....	314
2.1 Jurisprudência.....	316
2.2 Classificação de compartilhamento de informações em Acordos de Leniência.....	319
2.2.1 Quanto ao momento.....	319
2.2.2 Quanto à Finalidade.....	320
2.2.3 Quanto à natureza dos agentes.....	320
2.2.4 Quanto à Jurisdição.....	321
Conclusão	321
Referências	322

CAPÍTULO 19

Rodrigo Fontenelle de A. Miranda

Vlória Pompeu Silva

GOVERNANÇA E INTEGRIDADE PÚBLICAS: COMO A ECONOMIA COMPORTAMENTAL PODE AUXILIAR NO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	325
Introdução.....	326
2 Governança e Integridade Públicas	328
3 Economia Comportamental e Administração Pública	331
Conclusão: Governança e economia comportamental, uma simbiose possível.....	334
Referências	338

CAPÍTULO 20

Daniel Picolo Catelli

Marcela Rosal Masera Almeida

A IMPLEMENTAÇÃO DA GOVERNANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: UM PROCESSO CONTÍNUO.....	341
Introdução.....	342
1 Origem da Governança	343
1.1 Governança corporativa	345
1.1.1 Robert Monks.....	345
1.1.2 Cadbury Report.....	345
1.1.3 Princípios da OCDE sobre Governo das Sociedades.....	346
1.1.4 Lei Sarbanes-Oxley.....	346
1.2 Governança pública	347
2 Governança na Administração Pública Brasileira.....	348
2.1 Papel do Tribunal de Contas da União.....	350
2.2 Papel do Poder Executivo Federal	351
2.3 OCDE	353
Considerações finais	354
Referências	355